

## Dionísio da Silva Nunes

---

**De:** Dionísio da Silva Nunes  
**Enviado:** quarta-feira, 10 de agosto de 2016 13:29  
**Para:** 'jaime magro'  
**Cc:** Soledade Pires; Nuno Filipe Sernache Gonçalves Lopes  
**Assunto:** Reabilitação de Edifícios Municipais - Substituição da Cobertura da Câmara Velha  
**Anexos:** Minuta de contrato.pdf; Relatório final.pdf

<b>Controlo:</b>	<b>Destinatário</b>	<b>Entrega</b>
	'jaime magro'	
	Soledade Pires	Entregue: 10-08-2016 13:32
	Nuno Filipe Sernache Gonçalves Lopes	Entregue: 10-08-2016 13:32

Ex. mos Senhores

Venho pelo presente informar, que de acordo com o despacho do Sr. Vice Presidente da Câmara Municipal do dia 10/08/2016, decidi adjudicar a V. Ex.a, a empreitada de "Reabilitação de Edifícios Municipais - Substituição da Cobertura da Câmara Velha", pelo valor de Euros: 24.100,00 € + IVA, de acordo com os critérios de adjudicação, Programa de Concurso e o estipulado no Decreto Lei n.º 18/2008 de 29 de Janeiro (Código dos Contratos Públicos), com base no relatório final de 8 de agosto/2016 que junto se anexa.

Assim, em cumprimento do disposto no n.º 1 do Artigo 77º do CCP e com vista à adjudicação definitiva e outorga do contrato da mesma empreitada, envio a V. Ex.ª a minuta do contrato escrito a celebrar, cuja aprovação, me deverá ser comunicado no prazo de 5 dias úteis a contar da data da receção da presente comunicação, prazo findo o qual e na falta dessa comunicação a mesma se considera aprovada; pelo que desde já se solicita o envio dos documentos para celebração do respetivo contrato, no prazo máximo de 10 dias úteis a contar da presente notificação:

- Identificação do representante do segundo outorgante;
- Certidão de teor da Conservatória do Registo Comercial;
- Alvará de Construção;
- Certidão do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social;
- Certidão do Serviço de Finanças;
- Documento comprovativo de que não se encontra na situação prevista na alínea i) do artigo 55º do Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro (registo criminal individual, no caso de se tratar de pessoas singulares, ou, no caso de se tratar de pessoas coletivas, o registo criminal dos titulares dos órgãos sociais da administração, direção ou gerência das mesmas) e da empresa.
- Declaração emitida conforme anexo II ao Código dos Contratos Públicos.

Logo que sejam recebidos os documentos solicitados, ser-lhe-á indicada a data de outorgado contrato respetivo.

Com os melhores cumprimentos,

O Assistente Técnico

Dionísio Nunes

## Divisão de Obras

Largo de Santa Maria | 7330-101 Marvão | Portugal  
Tel. +351 245 909 130 | Fax +351 245 993 526  
[www.cm-marvao.pt](http://www.cm-marvao.pt)



Adira às boas práticas ambientais, prefira a comunicação electrónica. Leia, responda, encaminhe, archive e classifique a sua informação. Antes de imprimir, pense no ambiente!

Minuta a minuta  
BO. 8-2016  
[assinatura]

MINUTA DO CONTRATO Nº-----/2016

EMPREITADA DE "REABILITAÇÃO DE EDIFÍCIOS MUNICIPAIS – SUBSTITUIÇÃO DA COBERTURA DA CÂMARA VELHA"

--- Aos ---- dias do mês de ----- do ano de dois mil e dezasseis, perante mim Ilda Maria Ramos Lourenço Marques, Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, exercendo as funções de oficial público da Câmara Municipal de Marvão, conforme despacho do Senhor Presidente da Câmara datado de três de novembro do ano dois mil e catorze, compareceram: -----

--- Como primeiro outorgante o Município de Marvão, pessoa coletiva número 501170162, representado pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, Vítor Manuel Martins Frutuoso, com domicílio necessário no edifício dos Paços do Concelho, Largo de Santa Maria, em Marvão, no uso da competência que lhe confere a alínea a) do número um e a alínea f) do número dois, do artigo trigésimo quinto da Lei número 75/2013, de 12 de setembro.-----

E -----  
--- Como segundo outorgante, a empresa -----, com sede em -----, pessoa coletiva número -----, com o mesmo número de matrícula na Conservatória do Registo Comercial de -----, com o capital social de -----, titular do Alvará de Construção número -----, neste ato legalmente representada por -----, ----- (estado civil), natural da -----, concelho de -----, contribuinte fiscal número -----, titular do Cartão de Cidadão número ----- válido até -----, residente na -----, na qualidade de sócio gerente da mencionada sociedade, conforme consulta on-line no sitio da Internet [www.portaldaempresa.pt](http://www.portaldaempresa.pt) efetuada no dia -----, documento que fica arquivado em anexo ao presente contrato. -----

--- Reconheço a identidade do primeiro outorgante por ser do meu conhecimento pessoal, bem como e com o mesmo fundamento a qualidade que se arroga e os poderes que legitimam a sua intervenção neste ato. -----

--- A identidade do segundo outorgante verifiquei-a pela apresentação dos documentos atrás referidos. -----

--- E pelos outorgantes foi dito que nos termos do seguinte clausulado celebram entre si o presente contrato de empreitada: -----

**Cláusula Primeira**

**Objeto**

--- O presente contrato tem por objeto a execução, pelo segundo outorgante ao primeiro outorgante, da empreitada de "REABILITAÇÃO DE EDIFÍCIOS MUNICIPAIS – SUBSTITUIÇÃO DA COBERTURA DA CÂMARA VELHA". -----

**Cláusula Segunda**

**Prazo de execução**

---- A empreitada objeto do presente contrato deverá ser integralmente executada no prazo de 60 dias de calendário iniciados a contar da data da assinatura do auto de consignação da obra e de termo após o decurso do aludido prazo. -----

#### **Cláusula Terceira**

##### **Preço e condições de pagamento**

---- 1 – O encargo total do presente contrato é de 25.546 € (Vinte e Cinco mil quinhentos e quarenta seis euros), sendo 24.100 € (Vinte e Quatro Mil e Cem euros) referentes ao valor da empreitada e 1.446 € (Mil quatrocentos quarenta seis euros) relativos ao valor do I.V.A...-----

---- 2 – O pagamento do encargo previsto no número anterior será efetuado pelo primeiro outorgante ao segundo outorgante mediante a apresentação de Autos de Medição e respectivas facturas, com observância do disposto no artigo 387º e seguintes do Decreto-Lei nº18/2008, de 29 de Janeiro. -----

#### **Cláusula Quarta**

##### **Dotação Orçamental**

---- O encargo resultante do presente contrato, cujo n.º de compromisso é ----- tem cabimento no Orçamento Municipal aprovado pela Assembleia Municipal e a classificação orçamental, por onde será satisfeito é a seguinte: Classificação Orgânica: Capitulo zero dois, Classificação Económica: zero sete; zero um; zero dois; zero três. Código do Plano Plurianual de Investimentos: zero cinco; zero zero um; dois mil e dezasseis barra vinte e nove. A dotação global inscrita no orçamento e o saldo disponível para o ano de dois mil e dezasseis é de ----- . -----

#### **Cláusula Quinta**

##### **Caução**

---- 1 – Não é exigida caução, por o valor do contrato se confinar nos limites do artigo 88º, do Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro e conforme previsto no Caderno de Encargos. -----

---- 2 – Em cada um dos pagamentos serão retidos 10% do seu valor, nos termos do n.º 3 do mesmo artigo, para efeitos de garantia. -----

#### **Cláusula Sexta**

##### **Prazo de Garantia da obra**

---- Conforme o previsto na clausula 38.º do caderno de encargos o prazo de garantia da obra varia de acordo com os seguintes tipos de defeitos, e inicia-se a contar da data da assinatura do auto de receção provisória:-----

a) Cinco anos para os defeitos que incidam sobre elementos construtivos estruturais; --

b) Cinco anos para os defeitos que incidam sobre elementos construtivos não estruturais ou instalações técnicas; -----

c) Dois anos para os defeitos que incidem sobre equipamentos afetos à obra, mas dela autonomizáveis. -----

#### **Cláusula Sétima**

##### **Documentos integrantes**

---- Na execução dos trabalhos que constituem objecto deste contrato e em todos os atos que lhe digam respeito, o adjudicatário obriga-se a cumprir o disposto na sua Proposta, Programa de Procedimento, Caderno de Encargos e Lista Contratual de Preços Unitários que para todos os efeitos, fazem parte integrante do presente contrato.-----

#### **Cláusula Oitava**

### Revisão de preços

---- 1 – A revisão dos preços contratuais será efectuada nos termos do disposto no Decreto-Lei nº 6/2004, de 6 de Janeiro, segundo a fórmula tipo F 16 – Conservação de Estradas, de acordo com o Despacho Nº 1592/2004, II Série, de 23 de Janeiro. -----

---- 2 – O pagamento das revisões de preços deverá ser efectuado no prazo máximo de 44 dias, nos termos do art. 17º do Decreto-Lei nº 6/2004, de 6 de Janeiro, contados, consoante dos casos: -----

---- a) Das datas dos autos de medição ou das apresentações dos mapas de quantidades de trabalhos previstos nos artigos nºs 387º a 391º do Decreto-Lei nº18/2008, de 29 de Janeiro-----

### Cláusula Nona

#### Foro competente

---- Para todas as questões emergentes do presente contrato será competente o Tribunal Administrativo e Fiscal de Castelo Branco.-----

### Cláusula Décima

#### Legislação aplicável

A tudo o que não esteja previsto no presente contrato aplica-se o disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro e na restante legislação aplicável. -----

### Cláusula Décima Primeira

#### Disposições finais

---- 1 – A empreitada relativa ao presente contrato foi autorizada por despacho do Sr. Vice-Presidente datado de 21 de julho de 2016. -----

---- 2 – A empreitada objecto do presente contrato foi adjudicada por despacho do Sr. Vice Presidente da Câmara datado de 10 de agosto de 2016. -----

---- 3 – A minuta relativa ao presente contrato foi aprovada por despacho do Sr. Viice Presidente da Câmara datado de 10 de agosto de 2016. -----

### Cláusula Décima Segunda

#### Documentos anexos

---- Arquivam-se os seguintes documentos:-----

---- a) Identificação dos representantes do segundo outorgante; -----

---- b) Certidão Permanente da Conservatória do Registo Comercial de -----

---- c) Alvará de Construção; -----

---- d) Certidão de não divida do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social;-----

---- e) Certidão do Serviço de Finanças de -----; -----

---- f) Documento comprovativo de que não se encontra na situação prevista na alínea i) do artigo 55º do Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro (registo criminal individual, no caso de se tratar de pessoas singulares, ou, no caso de se tratar de pessoas colectivas, o registo criminal dos titulares dos órgãos sociais da administração, direcção ou gerência das mesmas).-----

1º Outorgante

---

2º Outorgante

---

O Oficial Público

---

**Informação de cabimento:**

Município de Marvão, de --- de ----- de 2016

Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais

➤ Orçamento Municipal 100%

Orçamento para o ano de 2016

Classificação Orgânica/Económica: 02 07010203 Reparação e Beneficiação

1 – Dotação inicial -----	€
2 – Reforços/anulações-----	€
3 – Congelamentos/descongelamentos -----	€
4 = 1+2-3 – Dotação corrigida -----	€
5 – Compromissos assumidos -----	€
6 = 4-5 – Dotação disponível-----	€
7 – Compromisso relativo à despesa em análise -----	€
8 = 6-7 – Saldo residual -----	€

O Chefe de Divisão,

---